



DIAGNÓSTICO DA EFICIÊNCIA TÉCNICA DOS GASTOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS EM 2023

DIAGNÓSTICO DA EFICIÊNCIA TÉCNICA DOS GASTOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA DAS UNIDADES FEDERATIVAS BRASILEIRAS EM 2023

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Wilton Teixeira Celestino ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Dr. Carlos Alano Soares de Almeida, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



Resumo

03

Contexto

04

Público-alvo da proposta

05

Descrição da situação-problema

06

Objetivos da proposta de intervenção

08

Diagnóstico e análise

09

Proposta de intervenção

12

Conclusão

14

Responsáveis pela proposta de
intervenção e data

15

Referências

16

Protocolo de recebimento

17

RESUMO

Este produto técnico oferece uma ferramenta analítica para identificar quais Unidades da Federação foram mais eficientes no gerenciamento dos recursos financeiros com segurança pública em 2023. Haja vista a eficiência ser um princípio central para a administração pública moderna, que busca gerar valor social por meio da oferta de serviços públicos de qualidade a custos reduzidos. O estudo aplica a Análise Envolvória de Dados (DEA) com Retornos Variáveis de Escala (VRS) para avaliar a eficiência dos gastos estaduais e distrital. O modelo é orientado a *outputs*, propondo maximizar os resultados na redução da criminalidade sem aumentar os gastos com segurança pública.

Assim, os estados classificados como ineficientes, conforme o método aplicado, podem orientar suas políticas públicas com base nas práticas dos estados eficientes, considerados *benchmarks* no modelo de eficiência comparativa. Esses *benchmarks* são definidos de acordo com o peso atribuído ao avaliar as taxas de criminalidade e a taxa de apreensão de armas de fogo, que funciona como uma medida de prevenção contra o tráfico e crimes violentos.

Portanto, este produto técnico visa preencher uma lacuna nos estudos de eficiência na gestão da segurança pública, abrangendo diversos crimes que atentam contra a vida e o patrimônio das vítimas, com ênfase na redução de crimes contra mulheres. O diagnóstico resultante servirá de referência para que gestores públicos e formuladores de políticas possam replicar as boas práticas de gestão dos estados eficientes, promovendo a melhoria contínua da segurança pública no Brasil de maneira proativa e integrando forças.



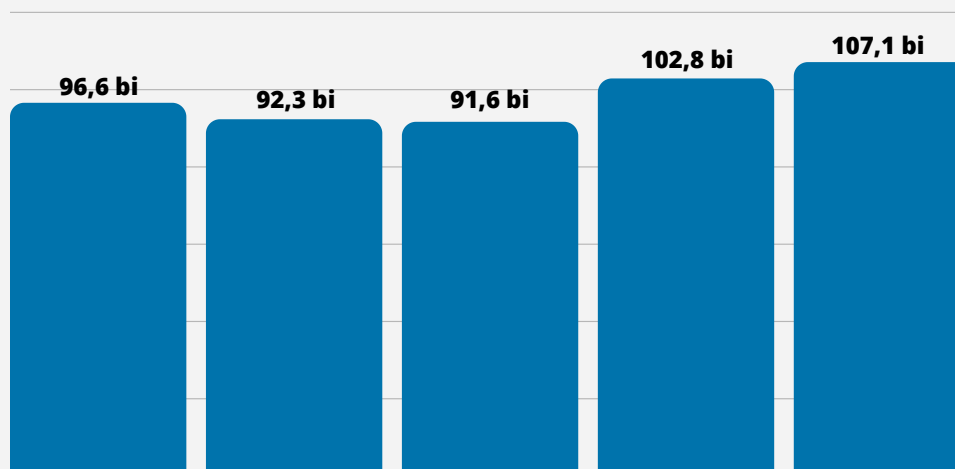
O princípio da eficiência visa gerar valores sociais ao fornecer serviços públicos de qualidade a um custo reduzido (Matias-Pereira, 2020).

CONTEXTO

A proposta insere-se no contexto das políticas formais de segurança pública executadas pelos órgãos de segurança estaduais e distrital que integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Essas políticas são diretamente influenciadas pelas decisões políticas e econômicas dos gestores públicos, que têm o poder de impactar significativamente o fenômeno criminal. No senso comum, há uma percepção de que o aumento da criminalidade está relacionado ao baixo investimento em segurança pública, sugerindo que o aumento das despesas nessa função resultará em melhores resultados na redução da criminalidade.

O Gráfico 1 ilustra a evolução dos gastos estaduais e distrital com segurança pública de 2019 a 2023, mostrando um aumento de, aproximadamente, 10,9% no período. Esse crescimento nos investimentos sugere um esforço contínuo por parte dos estados e do Distrito Federal para fortalecer suas políticas de segurança pública de controle formal e responder aos desafios crescentes relacionados à criminalidade.

■ **Total de Gastos estaduais com segurança pública (bilhões)**



Fonte: dados da pesquisa extraído do FBSP (2021, 2022, 2023 e 2024)
(1) Taxa por 100 mil mulheres; (2) Taxa por 100 mil habitantes

Todavia, esse aumento dos gastos não significa que a unidade tomada de decisão está operando de forma eficiente. A análise da eficiência por meio do método DEA fornece parâmetros para que as DMUs ineficientes possam ajustar suas operações de entrada e saída com o objetivo de alcançar o nível de eficiência (Silva; Souza; Araújo, 2013). Considerando que a vida é o bem mais valioso que a



O simples aumento dos gastos públicos não é sinônimo de eficiência, eficácia e efetividade na redução da criminalidade (Oliveira; Vieira; 2016).

PÚBLICO-ALVO

A proposta de intervenção para melhorar a eficiência dos gastos em segurança pública tem como público-alvo:

- **Gestores Públicos Estaduais e Distritais:** Inclui secretários de segurança pública, governadores e outros gestores responsáveis pela alocação de recursos e pela definição de políticas de segurança nas unidades federativas. Esses atores são fundamentais na implementação das melhores práticas identificadas e na adaptação de políticas públicas com base nos benchmarks de eficiência.
- **Formuladores de Políticas Públicas:** Parlamentares, assessores legislativos e técnicos de órgãos de planejamento que atuam na formulação de políticas de segurança pública e na definição de leis que orientam o uso dos recursos públicos. Esses profissionais podem usar os resultados do estudo para embasar decisões e justificar novas políticas de segurança.
- **Pesquisadores e Acadêmicos em Segurança Pública e Políticas Públicas:** Profissionais da academia que estudam a segurança pública, economia, administração pública e criminologia. A proposta oferece um novo conjunto de dados e *benchmarks* que podem ser utilizados para aprofundar a pesquisa e para a elaboração de análises comparativas.
- **Sociedade Civil e Organizações Não Governamentais (ONGs):** Grupos que não possuem vinculação direta com o governo, mas atuam na promoção dos direitos humanos, na prevenção da violência e no apoio às vítimas. Essas organizações podem usar os resultados para defesa, buscando maior transparência e eficiência nos gastos públicos e melhores políticas de segurança.





DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

A ineficiência na alocação de recursos em segurança pública pode resultar em altos índices de criminalidade, gerando insatisfação da população. A análise dos gastos públicos revela disparidades significativas entre os estados, o que demanda uma investigação aprofundada sobre a eficiência desses investimentos. Kopittke e Ramos (2021) e Saporì (2007) destacam que a falta de planejamento e diagnóstico preciso sobre a eficiência dos gastos pode levar a decisões inadequadas na formulação de políticas públicas, perpetuando a violência e a insegurança.

Nos últimos anos, a dinâmica da criminalidade no Brasil tem passado por mudanças significativas, influenciada por diversos fatores, como questões socioeconômicas, desigualdades regionais, transformações culturais e a evolução dos padrões de criminalidade. Tais mudanças exigem uma reavaliação constante das políticas de segurança pública e da alocação de recursos. Embora o senso comum sugira que o aumento dos investimentos em segurança pública resulte automaticamente na redução da criminalidade, a realidade mostra que o cenário é mais complexo.

O Quadro 1 permite visualizar mudanças na dinâmica criminal do país, conforme levantamento realizado das taxas criminais estaduais e distrital do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2019 a 2023

Modalidades de crimes	Variação (%) 2019 - 2023
Feminicídio (1)	13,3
Violência doméstica (1)	7,83
Tentativa de feminicídio (1)	42,02
Estupro (1)	21,32
Lesão corporal seguida de morte (2)	-15,66
Latrocínio (2)	-35,49
Roubo (2)	-31,32
Furto (2)	6,15
Tráfico de entorpecentes (2)	-6,94
Estelionato (2)	326,23
Apreensão de armas de fogo (2)	-0,26

Fonte: dados da pesquisa extraído do FBSP (2021, 2022, 2023 e 2024)

(1) Taxa por 100 mil mulheres; (2) Taxa por 100 mil habitantes

Assim como os indivíduos e a sociedade sofrem mudanças, o fenômeno criminal também passa por transformação e se manifesta social e culturalmente (Merton, 1938; Rego, 2009), revelando os problemas sociais subjacentes que se retroalimentam (Minayo, 2006; Misse, 2010). Esse fato observável pode ser percebido no Quadro 1, em que diversas modalidades de crimes contra a vida e patrimônio das vítimas sofreram mudanças no decorrer de 5 anos, alguns reduziram, como latrocínio, lesão corporal, roubos, tráfico de drogas, e outros aumentaram, como as modalidades de crimes de gênero (feminicídio, violência doméstica, tentativa de feminicídio e estupro), furto e estelionato.

Logo, é fundamental entender a situação-problema a partir dos fatos observáveis, visando transformar a realidade atual no que deveria ser (Dias, 1997). Isso implica mudanças na dinâmica criminal, que envolvem uma análise das taxas de crimes, da eficácia das políticas de segurança e da necessidade de ajustes no planejamento estratégico para uma melhor alocação dos recursos financeiros.

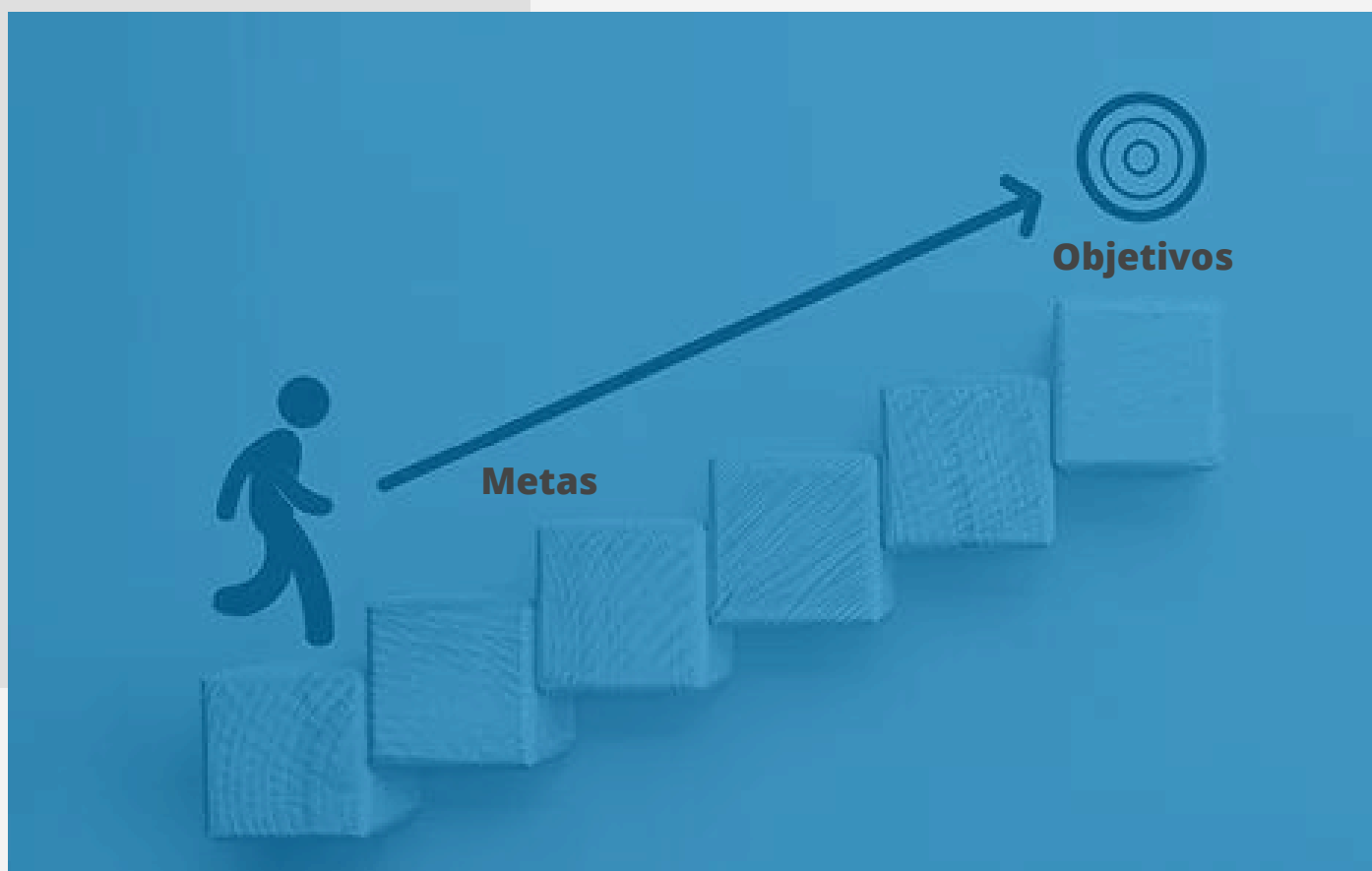
OBJETIVOS DA PROPOSTA

Objetivo Geral

- Avaliar a eficiência técnica dos gastos com segurança pública nas unidades federativas brasileiras em 2023, visando identificar melhores práticas de gestão.

Objetivos Específicos

- Determinar o montante de investimentos destinados à segurança pública por cada estado.
- Identificar a incidência de diferentes modalidades de crimes, incluindo crimes contra mulheres e crimes gerais, e avaliar a eficácia policial na apreensão de armas de fogo como medida de prevenção.
- Elaborar um produto técnico com um diagnóstico de eficiência dos gastos estaduais e distrital com segurança pública, fornecendo parâmetros para que os gestores públicos possam adotar as melhores práticas e alcançar os *targets* propostos.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

O diagnóstico e a análise dos gastos em segurança pública no Brasil em 2023 revelam um cenário de disparidades significativas entre as unidades federativas, tanto na alocação de recursos quanto nos resultados obtidos na redução da criminalidade. Esta seção aborda os principais pontos identificados na pesquisa, utilizando a Análise Envoltória de Dados (DEA) para medir a eficiência técnica dos gastos com segurança pública, criando assim uma fronteira de eficiência que serve de parâmetro de excelência para os estados ineficientes ajustarem suas operações com objetivo de alcançar a excelência (Ervilha, 2015).

O Quadro 2 abaixo evidencia as estimações de eficiência, o percentual dos *targets* propostos pelo método orientado a *outputs* para que os estados ineficientes possam atingir os padrões de referência (*benchmarks*):

<i>Ranking</i>	<i>UFs</i>	<i>% de eficiência técnica</i>	<i>Gasto per capita</i>	<i>% Target proposto output</i>	<i>Benchmarks</i>
Estados eficientes E=100%	Rondônia	100	998,04	0	-
	Alagoas	100	611,08	0	-
	Ceará	100	524,90	0	-
	Maranhão	100	311,41	0	-
	Pernambuco	100	342,17	0	-
	Piauí	100	352,51	0	-
	Paraíba	100	480,18	0	-
	Goiás	100	547,69	0	-
	Mato Grosso	100	1031,56	0	-
	Distrito Federal	100	458,53	0	-
	Espírito Santo	100	566,91	0	-
	Minas Gerais	100	504,26	0	-
	São Paulo	100	350,11	0	-
	Paraná	100	533,14	0	-
	Santa Catarina	100	412,35	0	-
Ineficiência fraca E= de 80 a 99%	16° Mato Grosso do Sul	99,9	796,09	0,14	GO, SC e PB
	17° Rio Grande do Sul	98,6	605,93	1,45	ES, CE, RO, PB, SC e MG
	18° Sergipe	96,2	545,00	3,98	SC, CE, PB e MT
	19° Amapá	95,9	1295,97	4,26	CE e ES
	20° Amazonas	90,5	674,87	10,48	CE, PB e MA
	21° Rio de Janeiro	83,9	935,96	19,8	CE, MA, AL e PB
	22° Bahia	83,1	416,44	20,33	CE, MA, PI, PB, SC e PE

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

**Ineficiência moderada
EE de 60 a 79%**

Ranking	UFs	% de eficiência técnica	Gasto per capita	% Target proposto output	Benchmarks
23°	Rio Grande do Norte	79,4	701,85	25,98	CE, MA e PB
24°	Acre	79	1151,87	26,61	RO, PB, ES, CE e MG
25°	Tocantins	77,7	859,22	28,72	SC, PB e MG
26°	Roraima	76,7	1161,51	30,35	ES, PB, CE e MG
27°	Pará	72,8	574,52	37,33	CE, PB e MA

Fonte: dados da pesquisa e estimações do DEA

Os dados do Quadro 2 mostram que 55,6% dos estados brasileiros são eficientes no uso dos recursos públicos destinados à segurança, servindo de referência para os 44,4% dos estados considerados ineficientes. Entre os estados eficientes, a Paraíba se destaca como um *benchmark*, servindo de parâmetro para 11 estados, enquanto o Ceará é referência para 10 estados.

Além disso, os dados apresentados no Quadro 2 evidenciam que o simples aumento de gastos com segurança pública não é sinônimo de eficiência, assim como o baixo volume investido também não garante ineficiência. Isso pode ser observado nos casos do Amapá que alocou R\$ 1295,97 e o Pará R\$ 574,52; ambos são considerados ineficientes. Por outro lado, entre os estados classificados como eficientes, Mato Grosso possui o maior gasto per capita em segurança pública (R\$ 1.031,56), enquanto o Maranhão apresenta o menor (R\$ 311,41).

Esses exemplos demonstram que a eficiência é determinada pela relação comparativa entre as variáveis de entradas e saídas das DMUs analisadas, criando uma fronteira de possibilidades, conhecida por *benchmarks*, que serve como parâmetro quantitativo para orientar a redução da criminalidade e aumento da apreensão de armas de fogo em outros estados ineficientes (Dantas et al., 2016; Rebelo; Matias; Carrasco, 2013).

A redução da criminalidade proposta pelo método, a partir dos *benchmarks*, é chamada de *targets*. O estado do Pará, por exemplo, foi considerado o mais ineficiente e precisa reduzir os índices criminais e aumentar a quantidade de apreensão de armas de fogo em aproximadamente 37,33% sem aumentar os gastos com segurança pública. Para isso, pode considerar os modelos de políticas adotados pelo Ceará, Paraíba e Maranhão para adaptar à sua realidade e atingir o parâmetro de excelência proposto pelo método.

DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

A Figura 1, apresentada a seguir, permite visualizar os estados eficientes (azuis), os que possuem ineficiência fraca (verdes) e ineficiência moderada (amarelos), elaborados conforme a metodologia proposta por Savian e Bezerra (2013) e também utilizada por Marzzoni (2022).



Fonte: a partir das estimações do DEA

De acordo com Figura 1, as DMUs eficientes concentram-se em maior parte nas Regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Porém, o valor médio da eficiência estimada é menor nas Regiões Norte e Nordeste, evidenciando um baixo equilíbrio entre investimentos e resultados.



Planejamento estratégico
Execução das ações propostas
Avaliação contínua
Sucesso das ações
Consolidação da política
Insucesso das ações
Proposição de melhorias

Ações proativas

Direcionadas

Esforços integrados



PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Uma proposta de intervenção orientada a *outputs* foca em maximizar os resultados em termos de redução da criminalidade e aumento da apreensão de armas de fogo sem aumentar os gastos. Em outras palavras, a estratégia é melhorar a eficiência e a eficácia das políticas e ações de segurança pública com os recursos disponíveis. A seguir, apresento uma proposta de intervenção com base nessa abordagem:

1. Reorganização das Ações de Segurança Pública

- **Foco em Áreas de Maior Impacto:** Direcionar os esforços de segurança para áreas com maior incidência de crimes violentos e de alta criminalidade. Utilizar dados criminais para identificar área de maior incidência e concentrar as operações policiais e recursos de inteligência nessas áreas.
- **Reforço do Policiamento Comunitário e Preventivo:** Implementar estratégias de policiamento comunitário que visem fortalecer a relação entre a polícia e a comunidade local. Esse modelo ajuda a aumentar a confiança da população nas forças de segurança, promovendo cooperação e prevenção.

2. Aperfeiçoamento dos Processos Operacionais e de Inteligência

- **Otimização do Uso de Inteligência Policial:** Integrar os dados de inteligência em tempo real para melhor prever, prevenir e responder a crimes. Focar em ações baseadas em evidências e análise preditiva para direcionar operações e maximizar o impacto com menos recursos.
- Criação de Unidades de Resposta Rápida: Formar equipes especializadas e móveis de resposta rápida para reagir de forma eficiente às ocorrências de alto impacto, como roubos e crimes violentos, sem a necessidade de expandir o efetivo policial.

3. Maximização das Medidas de Efetividade na Apreensão de Armas de Fogo

- **Operações Integradas de Apreensão:** Realizar operações conjuntas entre as polícias militar, civil e federal focadas na apreensão de armas de fogo. Incentivar o uso de tecnologias, como scanners e drones, para localizar e confiscar armamentos ilegais de maneira mais eficaz.
- Campanhas de Desarmamento Voluntário: Promover campanhas de desarmamento voluntário com incentivos para a entrega de armas, visando à redução do arsenal ilegal sem aumentar os gastos com operações policiais.

4. Capacitação e Realocação de Recursos Humanos

- **Aprimoramento das Competências dos Profissionais de Segurança:** Focar na capacitação dos policiais em áreas críticas, como negociação de conflitos, mediação comunitária e uso de tecnologias. Com equipes mais bem preparadas, é possível melhorar o desempenho sem aumento de custos.
- **Realocação Eficiente de Recursos Humanos:** Realocar policiais e outros recursos humanos para áreas de maior necessidade, com base em análises periódicas de desempenho e impacto das ações de segurança pública.

5. Integração e Cooperação entre Diferentes Entes de Segurança

- **Integração dos Sistemas de Informação e Gestão de Dados:** Promover a integração dos sistemas de dados de segurança pública entre estados e municípios para otimizar a troca de informações e reduzir duplicidades de ações, otimizando o uso de recursos existentes.
- **Parcerias com o Setor Privado e Sociedade Civil:** Fortalecer parcerias com empresas de segurança privada, ONGs e a comunidade para colaborar na prevenção da criminalidade e na promoção de um ambiente seguro, utilizando recursos já disponíveis na sociedade.

6. Monitoramento e Avaliação Contínuos dos Resultados

- **Sistema de Avaliação de Resultados e Impacto:** Estabelecer um sistema contínuo de avaliação de resultados e impacto das políticas e ações de segurança pública. Essa ferramenta permite ajustes constantes e melhorias contínuas, garantindo que os esforços estejam sempre orientados para os resultados desejados.
- **Feedback e Aprendizado Organizacional:** Instituir mecanismos de feedback para aprender com as práticas que geram melhores resultados, promovendo um ciclo contínuo de aprimoramento e inovação nas políticas de segurança.

CONCLUSÃO



Buscando identificar quais estados alocaram de forma eficiente os recursos com segurança pública em 2023, foi realizada a estimação da eficiência por meio do método DEA, utilizando um modelo VRS orientado a resultados. Os resultados indicaram que a eficiência não é alcançada apenas pelo aumento ou redução dos gastos, mas pela implementação de políticas públicas proativas, com esforços integrados e adaptados à realidade local, visando interferir nas taxas criminais e na apreensão de armas de fogo, considerando a diversidade econômica, social e cultural do Brasil.

O estudo revelou que 55,6% dos estados brasileiros são eficientes, destacando a Paraíba e o Ceará como benchmarks para a maioria dos estados ineficientes. O modelo também fornece indicadores *targets* que permitem a estados como Pará e Tocantins ajustar suas políticas para reduzir as taxas criminais e aumentar a apreensão de armas de fogo, alcançando padrões de excelência, sem a necessidade de aumentar os gastos com segurança pública.

O diagnóstico e a análise demonstram que o desafio para melhorar a segurança pública no Brasil não reside apenas no aumento dos investimentos, mas na gestão e aplicação eficaz desses recursos. A eficiência dos gastos deve ser o foco das políticas públicas de segurança, orientando os gestores a priorizarem ações que gerem maiores resultados a um custo reduzido, promovendo a segurança de maneira sustentável e eficaz. Para isso, é essencial atuar de forma proativa, com ações integradas e focadas nas realidades locais, buscando transformar a situação atual em um cenário que promova o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.

Além disso, é fundamental que haja continuidade na pesquisa e na implementação das políticas sugeridas, garantindo que as melhores práticas sejam constantemente avaliadas e aprimoradas, contribuindo assim, para um sistema de segurança pública mais eficiente e eficaz no Brasil.

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Discente:

Wilton Teixeira Celestino, do Mestrado Profissional em Administração Pública, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Alano Soares de Almeida, do Mestrado Profissional em Administração Pública, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

14 de setembro de 2024



REFERÊNCIAS

- DANTAS, F. da Costa.; RODRIGUES, Paula V. F. de Almeida; FREITAS, Andrea Moniky M. de Freitas; SILVA, Dilma Marianna da. Eficiência nos gastos públicos em segurança dos estados do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 47, n. 1, p. 143–157, jan./mar., 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2016.595>.
- DIAS, Jorge de Figueiredo; ANDRADE, Manuel da Costa. *Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra, 1997.
- ERVILHA, Gabriel Teixeira; BOHN, Liana; DALBERTO, Cassiano Ricardo; GOMES, Adriano Provezano. Eficiência dos gastos públicos com segurança nos municípios mineiros. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 46, n. 1, p. 9–25, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.61673/ren.2015.177>.
- ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2024. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 18, 2024. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0>.
- KOPITKE, Alberto L.W; RAMOS, Marília Patta. O que funciona e o que não funciona para reduzir homicídios no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista de Administração Pública*, v. 55, p. 414–437, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220190168>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/NCz9p3XVQnpsHjVXZ6Fs4kv/>.
- MARZZONI, David Nogueira Silva. Eficiência dos Gastos em Segurança Pública nos Estados Brasileiros: Uma Abordagem com Análise Envoltória de Dados. In: ENCONTRO DA ANPAD, XLVI. Rio de Janeiro: ANPAD, 2022. Disponível em: <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/44ba1d022ff64c3e9281781b13d0eef9.pdf>.
- MERTON, Robert King. Social structure and anomie. *American Sociological Review*, v. 3, n. 5, p. 672–682, 1938. Citado no capítulo 1 de: SCHNEIDER, Jacqueline; TILLEY, Nick (org.). *Gangs*. 1. ed. London: Routledge, p. 3–13, 2004. eBook publicado em 14 out. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781351157803>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575413807>.
- MISSE, M. La acumulación social de la violencia en Río de Janeiro y en Brasil: algunas reflexiones. *Coherencia*, v. 7, n. 13, p. 19–40, 2010. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-58872010000200002.
- OLIVEIRA, Marcos Dias de; VIEIRA, Hector Luís Cordeiro. O impacto do investimento em segurança pública na taxa de homicídios no Brasil. *Revista de Criminologias e Políticas Criminais*, v. 2, n. 1, p. 135–153, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0065/2016.v2i1.292>.
- REBELO, Sandra; MATIAS, Fernanda; CARRASCO, Paulo. Application of the DEA methodology in the analysis of efficiency of the Portuguese hotel industry: an analysis applied to the Portuguese geographical regions. *Tourism & Management Studies*, v. 9, n. 2, p. 21–28, 2013.
- REGO, Martin Ramalho de Freitas Leão. A teoria da anomia social no estudo criminal: uma abordagem a partir das sociologias de Durkheim e Merton. *Revista Transgressões*, v. 7, n. 02, p. 199–223, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/transgressoes/article/view/18807/12510>.
- SAPORI, Luís Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. FGV editora, 2007.
- SAVIAN, Mayá Patricia Gemelli; BEZERRA, Fernanda Mendes. Análise de eficiência dos gastos públicos com educação no ensino fundamental no estado do Paraná. *Economia & Região*, v. 1, n. 1, p. 26–47, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2317-627X.2013v1n1p26>.
- SILVA, Maurício Corrêa da; SOUZA, Fábila Jaiany Viana de; ARAÚJO, Aneide Oliveira. Análise da eficiência dos gastos públicos com educação nas capitais brasileiras. *ConTexto-Contabilidade em Texto*, v. 13, n. 24, p. 7–21, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/31962/pdf>.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

À (s)

Secretaria Nacional de Segurança Pública
Secretarias Estaduais de Segurança Pública
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado “Diagnóstico da eficiência técnica dos gastos públicos em segurança das Unidades Federativas Brasileiras em 2023”, derivado da dissertação de mestrado, EFICIÊNCIA TÉCNICA DOS GASTOS PÚBLICOS EM SEGURANÇA: um diagnóstico das Unidades Federativas Brasileiras em 2023 de autoria de Wilton Teixeira Celestino.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada “Universidade Federal Rural do Semi-Árido”.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um “Relatório Técnico Conclusivo e seu propósito é apresentar um diagnóstico da eficiência técnica dos gastos estaduais e distrital com segurança pública em 2023”.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço “secpos@ufersa.edu.br”.

Mossoró, RN, 14 de setembro de 2024

Registro de recebimento

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Preencha os campos em azul / Se assinatura física, colete-a sob carimbo. Documento com este teor (ou equivalente) será adequado se elaborado e assinado pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Instituição do recebedor / **Apague este rodapé na versão final do documento.**

Discente: Wilton Teixeira Celestino,
graduado em Ciências Contábeis
(UERN), especialista em segurança do
trabalho (UCAM)

Orientador: Dr. Carlos Alano Soares de
Almeida, graduado em Ciências
Econômicas (UERN), mestre em Meio
Ambiente e Desenvolvimento (UERN) e
doutor em Administração (PUCPR)

Universidade Federal Rural do
Semi-Árido (UFERSA)

14 de setembro de 2024